



MUNICÍPIO DE SARDOAL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA BENEFICIAÇÃO DE REDE VIÁRIA FLORESTAL E APOIO NO COMBATE A INCÊNDIOS RURAIS

CADERNO DE ENCARGOS



PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O objeto do presente procedimento é a aquisição de serviços destinados à Beneficiação de Rede Viária Florestal e Apoio no Combate a Incêndios Rurais, em conformidade com as especificações técnicas especiais descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado CCP), na sua atual redação, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo de execução

- 1 — O prazo de execução dos serviços objeto do contrato estão divididos da seguinte forma:
 - Beneficiação de Rede Viária Florestal: 120 horas;
 - Apoio no Combate a Incêndios Rurais: 8 horas.
- 2 - Se houver atraso na execução dos trabalhos objeto do contrato, por factos imputáveis ao Município de Sardoal, ou em caso de força maior, o Município de Sardoal concederá ao prestador de serviços a



prorrogação do prazo estabelecido em medida igual à do atraso, não advindo para o prestador de serviços o direito a qualquer indemnização.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I - Obrigações do prestador de serviços

Cláusula 4.^a

Obrigações principais do prestador de serviços

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Beneficiação de Rede Viária Florestal, através das intervenções descritas nas especificações técnicas, na segunda parte do presente caderno de encargos;
- b) Apoiar no Combate a Incêndios Rurais (à chamada em caso de necessidade, com um tempo máximo de mobilização de duas horas);
- c) Executar um serviço de qualidade, em conformidade com o conteúdo do presente caderno de encargos e da respetiva proposta;
- d) Executar o serviço que lhe for adjudicado, com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- e) Cumprir as condições fixadas para a execução do serviço;
- f) Sujeitar-se à ação fiscalizadora de representante indicado pelo Município de Sardoal;
- g) Prestar as informações que forem solicitadas pelo representante indicado pelo Município de Sardoal;
- h) Realizar os serviços enumerados na adjudicação, nas condições de prazo e preço contratados;

2 — A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.^a

Dever de sigilo

1 - O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.



2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II - Obrigações do Município de Sardoal

Cláusula 6.^a

Acompanhamento da execução do contrato

1 - A entidade adjudicante, através do representante por si designado procede ao acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, com vista a verificar se são cumpridos os requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 - Na análise a que se refere o número anterior, a entidade adjudicatária deve prestar à entidade adjudicante toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3 - No caso de se verificar o não cumprimento das exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.

4 - No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às alterações e correções necessárias para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5 - Após a realização das alterações e correções necessárias, pela entidade adjudicatária, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

6 - Os trabalhos a realizar ficam também sujeitos à fiscalização que, em virtude da legislação especial, incumba a outras entidades.

7 - O representante da entidade adjudicante poderá mandar suspender os trabalhos, temporária ou definitivamente, quando o equipamento utilizado pela entidade adjudicatária não satisfaça as exigências técnicas recomendadas na operação em curso.



8 - A entidade adjudicatária deverá tomar todas as medidas necessárias para garantir a boa execução dos trabalhos e a sua preservação, enquanto os mesmos não forem dados por concluídos.

9 - É da responsabilidade da entidade adjudicatária a adoção de quaisquer medidas de proteção e segurança que se tornem necessárias, inclusive no que se refere à salvaguarda de terceiros/ou dos seus bens.

Cláusula 7.^a

Preço base

1 — Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sardoal deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 - O preço base total do procedimento para os efeitos decorrentes do disposto no artigo 47.º do CCP, é de € 7.840,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo distribuído pelos seguintes preços unitários:

- Beneficiação de Rede Viária Florestal: € 60,00/hora, para um prazo de execução de 120 horas, totaliza € 7.200,00;
- Apoio no Combate a Incêndios Rurais: € 80,00/hora, para um prazo de execução de 8 horas, totaliza € 640,00.

3 — Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos de movimentação de máquina, através de zorra, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

Cláusula 8.^a

Condições de pagamento e faturação

1 - As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 - Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão dos trabalhos de Beneficiação de Rede Viária Florestal e, em caso de necessidade, após a conclusão dos trabalhos de Apoio no Combate a Incêndios.



3 - Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando a entidade adjudicatária obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 - As faturas são emitidas em nome do Município de Sardoal, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar o número do contrato ou o número de compromisso.

5 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III - Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.ª

Sanções contratuais

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Sardoal pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- Por incumprimento do adjudicatário, o Município de Sardoal pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual, sendo tal limite elevado para 30%, caso o Município decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público.

2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Sardoal tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

3 - O Município de Sardoal pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

4 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Sardoal exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 10.ª

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a



respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



Cláusula 11.ª

Resolução por parte do Município de Sardoal

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município de Sardoal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2 - A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções contratuais aplicadas nos termos da cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos.
- 3 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Sardoal.

Cláusula 12.ª

Resolução por parte do adjudicatário

Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos no art.º 332.º do CCP.

Capítulo IV - Seguros

Cláusula 13.ª

Seguros

- 1 — O adjudicatário obriga-se a ter em dia ou a contrair, todos os seguros necessários e obrigatórios para a execução do fornecimento objeto do presente contrato.
- 2 — O Município de Sardoal pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo que lhe for fixado.

Capítulo V - Resolução de litígios

Cláusula 14.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI - Disposições finais



Cláusula 15.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 16.^a

Comunicações e notificações

- 1 - Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes do contrato são efetuadas primordialmente através do endereço de correio eletrónico aprovisionamento@cm-sardoal.pt ou outro a indicar oportunamente pelo contraente público, com aviso de entrega.
- 2 - As comunicações ou notificações feitas por carta registada com aviso de receção consideram-se recebidas na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
- 3 - As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.
- 4 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte nos termos dos números anteriores.

Cláusula 17.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 18.^a

Legislação aplicável

Em tudo o omissso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação e restante legislação aplicável.

PARTE II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS

Cláusula 19.^a

Descrição técnica do modo de execução das operações a realizar

Na área do concelho de Sardoal existe uma boa densidade de caminhos florestais, no entanto, em alguns deles, as acessibilidades não se encontram em bom estado de conservação que permita a



circulação de todo o tipo de veículos, quer para as atividades de exploração e gestão florestal, quer para a circulação de veículo para o combate a incêndios florestais.

De um modo geral, o estado de conservação dos caminhos, identificados no presente trabalho, é parcialmente degradado. A beneficiação da rede viária implica um conjunto de intervenções que deverão ter em consideração os princípios das boas práticas florestais na sua execução, e do disposto nos pontos seguintes:

1. Com os trabalhos a executar no tratamento de caminho devem ser mitigados os efeitos da erosão, introduzindo melhorias ao nível da regularização do piso e da drenagem, bem como da desobstrução dos mesmos.
2. As quantidades de trabalhos a realizar, tendo por base as horas contratualizadas, para recuperação e tratamento da rede viária são indicadas pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil, Florestal e Bombeiros (GMPCFB).
3. O prestador de serviços deve acautelar que os trabalhos a realizar não reduzem a seção de vazão das linhas de água ou valetas existentes, não podendo ser reduzida ou ser obstruída por resíduos/materiais resultantes dos trabalhos de recuperação dos caminhos.
4. O prestador de serviços deverá garantir a proteção dos marcos de delimitação de propriedade que existam no local, nos limites confinantes com os caminhos, não provocando a sua retirada ou aterro.
5. A beneficiação da rede viária compreende a execução dos trabalhos de regularização e consolidação da superfície (plataforma de rodagem) dos caminhos:
 - 5.1. Os trabalhos regularização e consolidação da superfície (plataforma de rodagem) decorrem nos caminhos florestais indicados pelo GMPCFB.
 - 5.2. Deve o prestador de serviços atuar ao nível dos troços danificados ou degradados, através da regularização dos caminhos (camada de desgaste), executando os trabalhos necessários para o correto nivelamento, estabilização e consolidação de toda a largura da via, incluindo a correção de irregularidades e de inclinações, englobando, ainda, pequenos trabalhos de drenagem ("cortes" para escoamento).
 - 5.3. Deve assim, o prestador de serviços proceder ao seguinte:
 - a) à regularização do piso existente numa faixa de rodagem (transitável) com largura útil mínima de 4 m;
 - b) à execução de pequenos "cortes" de drenagem, para escoamento de águas provenientes da precipitação;



- c) à limpeza da faixa de rodagem, através da pontual remoção da vegetação da plataforma e da berma dos caminhos, que impeça visibilidade e a circulação de veículos;
- d) à beneficiação das Zonas de cruzamento de veículos e da Zonas de inversão de marcha para veículos.

5.4. Os troços severamente degradados, com aluimentos de terra e rochas na plataforma, com abatimento ou interrompidos são recuperados a fim de restabelecer a continuidade dos troços obstruídos.

5.5. Nas interseções de linhas de água, dever-se-á garantir sempre o escoamento das águas, acautelando o disposto no número 3.

5.6. De forma a minimizar os efeitos de escorrência superficial, será necessário garantir a inclinação transversal dos caminhos, pelo que devem apresentar a inclinação da faixa de rodagem para o lado do talude de escavação (vala lateral), e nunca para o de aterro, para maior segurança em zonas declivosas, escorregadias e nas curvas.



Figura - Caminho com vala lateral. a) inclinação para o interior da vala.

(adaptado de Damian, F., Master thesis. University of Washington, 2003. in Coelho, C., Prats, S., Pinheiro, A., Carvalho, T., Boulet, A.-K., Ferreira, A., 2010).